CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: ADMINISTRATIVA

Prova Escrita – Discursiva

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que, ao abordar o primeiro item proposto (fatores que levam milhares de pessoas a enfrentar a perigosa travessia do Mediterrâneo), o candidato enfatize, no mínimo, dois aspectos determinantes para as atuais levas de milhares de imigrantes que buscam, na Europa, as condições elementares de uma vida razoavelmente digna que não mais encontram em seus países de origem. De um lado, a fome e a miséria, quadro que tão bem representa a situação vivida, em larga medida, por habitantes da África subsaariana. De outro, a ação truculenta de governos despóticos e corruptos, além da multiplicação de guerras civis, às vezes, ensejando autênticos genocídios. Especificamente em relação ao Oriente Médio, destaca-se a caótica realidade experimentada pela Síria, na qual se associam um governo ditatorial, rivalidades religiosas levadas ao extremo e a ação implacável do terrorismo.

Em relação ao segundo tópico (o dilema moral vivido pela Europa entre receber ou rejeitar os imigrantes), espera-se que o candidato se reporte ao intenso debate travado no âmbito da União Europeia, quando alguns membros compreenderam a imperiosa necessidade de se encontrarem meios para a recepção de certo número de imigrantes, como é o caso, por exemplo, da Alemanha, enquanto outros, particularmente na Europa do Leste, ofereciam resistência explícita ao acolhimento desses imigrantes.

Por fim, quanto ao terceiro ponto (o papel da opinião pública internacional na sociedade contemporânea), espera-se que o candidato lembre ser este um elemento definidor da contemporaneidade: milhares de pessoas saem às ruas e se manifestam, por todos os meios, em face de determinados acontecimentos, como atos terroristas e o desespero desses milhares de imigrantes. Esse fenômeno de participação cidadã tem forçado os governos a tomarem certas atitudes que, muitas vezes, não se situavam em seu campo de alternativas.

cespe

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: ANÁLISE DE SISTEMAS

Prova Escrita – Questão 1

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Solução para o caso: sistema mais adequado e seu funcionamento básico

Nessa situação hipotética, o uso de um sistema de controle de versão distribuído seria o mais adequado para o processo de produção do *software* em equipe. Nesse sistema de controle de versão, os clientes fazem cópias completas das últimas versões dos arquivos. Dessa forma, cada área de trabalho tem seu próprio servidor e todas as operações são salvas localmente. Na prática, um servidor é designado para que seja o "repositório oficial" de modo que todos possam contribuir em um mesmo código. Somente quando há a sincronização dos arquivos, é realizada a comunicação com o servidor.

Três vantagens e três desvantagens do sistema de controle de versão escolhido

Vantagens principais:

1) Velocidade: são mais rápidos que sistemas de controle de versão convencionais (centralizados). As operações são processadas localmente, não sendo necessário acessar o servidor central para se fazerem as operações de *commit*, *log* ou *diff*.
2) Redução de custos com servidor e infraestrutura externa de rede: o servidor tem a única função de ser o repositório central do projeto, não atuando como processador centralizado de operações.
3) Aumento da produtividade e confiabilidade: uma pane no servidor não interrompe o desenvolvimento, e os repositórios dos desenvolvedores funcionam como cópias de *backup* do projeto.
4) Autonomia: o desenvolvedor pode trabalhar sem comunicação com o servidor. A conexão só é necessária para a troca de revisões com outros repositórios.
5) Distribuído: permite que o desenvolvedor trabalhe de forma colaborativa com diferentes grupos de pessoas, de diversas maneiras, simultaneamente, no mesmo projeto.

Desvantagens principais:

1) Complexidade: exige um maior conhecimento da ferramenta.
2) O controle de concorrência em arquivos binários (como figuras) é problemático, por possuírem esses arquivos um formato interno que não é fundamentado em linhas de texto.
3) Controle de mudanças centralizado.

Dois possíveis modos de sincronização de mudanças em projetos colaborativos

Existem duas maneiras principais de se integrarem mudanças de uma ramificação (*branching*) em outra: união e reaplicação. A maneira mais simples de integração de *branches* é a operação união. Ela executa uma junção de três vias entre os dois últimos *snapshots* (cópias em um determinado ponto no tempo) e, resumidamente, integra o conteúdo divergente entre dois *branches* com o ancestral comum deles mais recente, criando um novo *commit*.

Por outro lado, uma operação de reaplicação serve para reaplicar todas as modificações comitadas de um *branch* para outro. Ela verifica o ponto em comum entre o *branch topic* e o *master*, busca as modificações de cada *commit* do *branch topic* que não existem no *master* e faz que o *branch master* aponte para o mesmo *commit do branch topic* e só depois ela reaplica cada uma das mudanças. Desse modo, a *reaplicação* garante um histórico ordenado de todos os *commits*, facilitando a organização de um projeto colaborativo.

cespe

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: ANÁLISE DE SISTEMAS

Prova Escrita – Questão 2

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Duas soluções técnicas que abranjam o uso de ferramentas ou de configurações protetivas para a infraestrutura computacional do órgão e as funcionalidades aplicáveis efetivamente úteis no combate aos *emails* de *phishing*

Instalar junto aos servidores de *email* ferramentas e soluções *antispam* com funcionalidades *antimalware*; de verificação de idoneidade e reputação de domínios, de filtragem de mensagens comerciais indesejadas (*spam*), mensagens com conteúdo falso, mensagens com origens falsificadas ou reconhecidas como maliciosas; bloqueio e remoção de anexos maliciosos, links maliciosos; bloqueio de saída para sítios de *phishing* e distribuidores de *malware*; interação com bases de dados de empresas especializadas em fraudes e *malware*, bem como instalar e manter atualizados sistemas de segurança como programas *antimalware*, *antispam* e *antiphishing* nas estações de trabalho dos colaboradores.

Realizar configurações para manter *relay* fechado por *default*, permitir *relay* autenticado, estabelecer *relay* incondicional restrito a rede local; bloquear mensagens oriundas de endereços IP inválidos ou reconhecidos como veiculadores de mensagens maliciosas, mensagens oriundas de domínios inválidos, inexistentes, inconsistentes ou reconhecidos como proliferadores de *spam* e *phishing*; configurar *blacklists* e *graylists*; configurar regras de verificação de consistência do DNS reverso e das *strings* do DNS reverso, regras de verificação de consistência do comando `MAIL FROM`; verificar *null-reverse path*, uso do domínio local, “caracteres proibidos” e capacidade do servidor remoto para receber conexões SMTP.

2 Cinco recomendações práticas e de caráter educativo aos colaboradores do órgão, com objetivo específico de combater a prática de *phishing* e abusos no uso de *email*

Desconfie, não responda e apague mensagens que ofereçam vantagens inesperadas e ofertas imperdíveis, que requeiram que o usuário clique em *link* ou em anexos; que solicitem antecipação de recursos em prol de benefício futuro; que imponham situações de pressão, ameaça ou dificuldades como dívidas, intimações, protestos, vexames; que proponham benefícios emocionais ou sexuais; que venham de origens desconhecidas; que solicitem informações pessoais e de cadastro; que requeiram ações não padronizadas em relação ao ambiente de rede da organização.

Não informe seu endereço do *email* corporativo em formulários de cadastro de sítios comerciais, em fóruns e listas de discussão, em comentários de sítios de notícias e redes sociais; se for realmente necessário, crie e use contas de serviços de *email* públicos.

Não repasse mensagens com notícias, informações, pedidos de ajuda, utilidade pública, alertas, apelos, acusações, correntes ou propagandas, vindas de quaisquer origens, sem a devida comprovação de veracidade junto à suposta fonte original.

Notifique à área de segurança em TI eventuais incidentes e abusos relacionados ao uso de *email* como *phishing*, *spam*, boatos, correntes, *links* suspeitos e anexos maliciosos.

Mantenha seus sistemas de segurança de *email* da estação de trabalho atualizados e ativos.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL

Prova Escrita – Questão 1

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

1 – Apesar de o contrato público prever um ano para a execução do objeto, o reajustamento passa a contar da data de entrega das propostas ou da data de referência do orçamento do projeto básico. No caso apresentado, a justificativa para se começar a pagar o reajuste a partir de abril é que a data de entrega das propostas, na licitação da obra, foi no mês de abril do ano anterior ou que o orçamento do projeto básico teve como referência o mês de abril do ano anterior.
2 – Como o atraso foi injustificado, a contratada não tem direito a reajuste sobre a parcela de 1 milhão de reais da atividade B, executada em abril. Ela também não tem direito a reajuste sobre a parcela de 1 milhão de reais da atividade C, antecipada para março, pois o reajuste deve ser aplicado a partir da data de referência. Logo, o valor a ser reajustado é sobre o remanescente de 17 milhões, e não de 18 milhões. Aplicando-se o percentual de 10%, o valor do reajuste é de 1,7 milhão de reais.
3 – O novo valor contratual é de 25,7 milhões de reais, e o acréscimo de 1,7 milhão é realizado mediante apostilamento, não havendo necessidade de aditivo contratual. O orçamento da obra não é alterado contratualmente, sendo as medições realizadas com valores a preço inicial e o pagamento acrescido de 10%. Sendo assim, a primeira medição, após a reajuste, é de 3 milhões, mas o reajuste de 10% é sobre 2 milhões (parcela sem atraso), o que totaliza um pagamento de 3,2 milhões.
4 – O simples ajuste de cronograma para compensar o atraso não exime a contratada de penalidades, visto que ela tem a obrigação de compensá-lo e, caso não o faça, no mês seguinte haverá um novo atraso, sujeito a uma nova penalidade, o que impactará no cronograma. Cabe à fiscalização aplicar o que consta na cláusula de penalidades, notificando a contratada e encaminhando o processo para a autoridade competente aplicar a penalidade cabível.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 3: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL

Prova Escrita – Questão 2

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

1 Principais tipos de manutenção

Os tipos de manutenção: corretiva não planejada, preventiva, preditiva e detectiva.

2 Tipo e características da manutenção mais adequada para o dia dezoito

Manutenção corretiva não planejada. Acontece após a ocorrência de um fato, seja este uma falha ou um desempenho menor que o esperado. É uma ação emergencial que busca restaurar a condição do equipamento. Nesse tipo de manutenção, não há planejamento prévio, a segurança costuma ser negligenciada e os custos são mais elevados.

3 Tipo e características da manutenção programada para o dia vinte

Manutenção preditiva. É aquela que, monitorando as principais variáveis dos equipamentos, indica se é necessária a atuação, a qual só é realizada com base na modificação de parâmetros de condição ou desempenho. A preditiva é o acompanhamento ou monitoramento da condição que obedece a uma sistemática, ou seja, está baseada em um plano. A ação de reparo, indicada pela preditiva, é a manutenção corretiva planejada, pois corrige uma situação apontada pelo acompanhamento da condição.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 4: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: PSICOLOGIA

Prova Escrita – Questão 1

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

A paciente, vinte e cinco anos de idade, apresenta sintomas como: lentidão na fala, sonolência, tremores nas mãos, fala desconexa e confusão mental. É possível afirmar que a servidora apresenta critérios para um transtorno por uso de álcool, considerando-se o aparente desejo persistente ou esforço malsucedido em controlar ou mesmo diminuir o uso da bebida alcoólica; e a fissura, o desejo ou a necessidade de sua utilização e o prejuízo no desempenho de suas atividades laborais e profissionais. Problemas sociais ou mesmo interpessoais persistentes podem, ainda, estar presentes ou mesmo ser exacerbados pelos efeitos do álcool nesses quadros. É importante que seja feito o diagnóstico diferencial no que tange ao uso de álcool não patológico ou mesmo de um quadro de intoxicação por álcool para as adequadas ações e intervenções no caso.

A psicóloga responsável pelo atendimento do caso poderá fazer uso dos fundamentos e princípios da entrevista motivacional, tendo em vista os benefícios de suas técnicas no que se refere à utilização em casos de comportamentos associados ao uso de álcool e outras drogas. Essa modalidade de entrevista tem como objetivo principal auxiliar o indivíduo nos processos de mudanças comportamentais associadas a resoluções de conflitos e ambivalência. Fundamenta-se em princípios cognitivos, na compreensão do quadro e nas reações emocionais a ele articuladas, estabelecendo alternativas para a modificação dos padrões comportamentais, de pensamentos e implementação de novos arranjos e soluções. Para tanto, é fundamental que a postura da psicóloga seja coerente com aspectos tais como: empatia, aceitação das resistências do paciente, levitação da confrontação, estímulo da autoeficácia e estratégias para lidar com situações complexas e de crise.

A psicóloga deve proporcionar à paciente um ambiente acolhedor e de confiança onde ela possa se sentir escutada em relação a seus problemas e dificuldades, sem retaliações ou mesmo confrontações promotoras de resistências. Nesse contexto, será possível pensar em metas realistas e executáveis para o tratamento. É necessário que, respeitando o tempo da paciente, sejam abordados a história do uso da substância, o padrão de consumo e uso, os campos e as áreas de risco e os prejuízos associados ao uso, assim como os fatores negativos e positivos da utilização da bebida alcoólica. É fundamental que possam ser construídas opções de mudança alcançáveis, associadas aos benefícios decorrentes da mudança de comportamento ou mesmo padrão de vida, que promovam consequências positivas nas áreas sociais, emocionais, interpessoais, afetivas e profissionais da paciente.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 4: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: PSICOLOGIA

Prova Escrita – Questão 2

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Nessa instituição de ensino, devem ser alterados os aspectos da cultura organizacional que dificultam a existência de um ambiente de trabalho e estudo pautado em valores como liberdade associada à responsabilidade. O candidato deve destacar, no mínimo, três desses aspectos, conforme apresentados a seguir.

- Ausência de espaço para os professores exporem suas ideias e serem criativos — esse problema impossibilita que o potencial dos profissionais seja aproveitado e inviabiliza soluções criativas para os problemas, além de dificultar o comprometimento e a motivação desses profissionais em relação ao trabalho.
- Falta de espaços para os alunos exporem suas opiniões — a participação dos alunos, além de trazer maturidade para enfrentar a vida profissional, possibilitaria maior envolvimento com o ambiente escolar e com seus resultados.
- Relação formal entre alunos e professores — esse problema inviabiliza a proximidade necessária para o desenvolvimento do conhecimento e da confiança mútuos que possibilitaria maior motivação por parte dos alunos e dos professores.
- Utilização de mecanismos de comando e controle como principal estratégia de gestão — estudos apontam que, em ambientes em que o conhecimento é trabalhado de forma intensa, é necessário valorizar os indivíduos e atribuir-lhes a responsabilidade pelos resultados.
- Desvalorização dos aspectos humanos nas relações entre os profissionais e nas relações entre professores e alunos — dificilmente são constatados bons resultados em organizações que tratam seus funcionários como máquinas, sem observar variáveis como motivação e diferenças individuais.

No que se refere ao segundo ponto, o candidato deve enfatizar que o plano de mudança cultural deve ser composto por medidas que priorizem o envolvimento de toda a equipe na solução dos problemas, conforme apresentado a seguir.

- O psicólogo deve apresentar os problemas identificados e propor mudanças na postura e na forma de gestão do diretor.

- Caso não haja interesse do diretor em mudar seu comportamento, o psicólogo deverá propor sua substituição por um(a) gestor(a) com visão mais situacional de liderança e que seja capaz de encontrar mecanismos de comprometimento tanto por parte de alunos quanto por parte de professores.
- Identificar os professores e outros funcionários da escola que apoiem a nova forma de atuação para serem parceiros nas mudanças propostas.
- Implementar mecanismos de decisão participativos como, por exemplo, reuniões de planejamento e acompanhamento de plano de trabalho, a fim de promover um clima de confiança para que seja cumprido o que for decidido em conjunto.
- Instituir recompensas — não financeiras — para estimular soluções criativas aos problemas da instituição de ensino.
- Promover palestras para informar a comunidade escolar acerca das novas mudanças e os estimular a participar desses processos de mudança.
- Caso haja algum funcionário que não se sinta engajado nas novas propostas, solicitar sua transferência de função ou de escola.
- Instituir treinamento introdutório para disseminar entre todos os funcionários os novos valores da escola.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 5: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: JUDICIÁRIA

Prova Escrita – Questão 1

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

No que se refere ao primeiro ponto — ilegitimidade do ato de rescisão unilateral —, o candidato deve destacar que a situação fática revela a ocorrência de inadimplemento com culpa do contratado, hipótese que enseja a rescisão unilateral pela administração pública. Isso porque, à luz do que estabelece o art. 79 da Lei n.º 8.666/1993, a rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral da administração pública nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, entre os quais figuram como motivos para a rescisão o cumprimento irregular de cláusulas contratuais e prazos (inciso II); a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra no prazo estipulado (inciso III); a paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à administração (inciso V). Logo, a conduta da contratada enquadra-se, claramente, em tais comandos, revelando a total legitimidade do ato de rescisão unilateral promovido pela administração.

No tocante ao segundo questionamento, acerca do direito à devolução da garantia, o candidato deve destacar que a perda da garantia configura uma das consequências do inadimplemento com culpa, tal como cogitado no caso. A Lei n.º 8.666/1993, em seu art. 79, § 2.º, I, prevê a devolução da garantia apenas nas hipóteses de rescisão sem culpa do contratado (rescisão por motivo de interesse público, ou ocorrência de caso fortuito ou de força maior). Portanto, o contratado não tem direito à devolução da garantia, considerando-se que o inadimplemento se deu por sua culpa.

Quanto à última alegação, referente à inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas, o candidato deve destacar que, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a administração tem a prerrogativa de aplicar sanções de natureza administrativa, tal como expressamente autorizado pelo art. 58, IV, do mesmo diploma legal. O art. 87, por sua vez, contempla as espécies de sanções aplicáveis: advertência; multa; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a dois anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até a reabilitação. A pena de multa pode ser aplicada conjuntamente com qualquer uma das outras, conforme expressamente prevê o § 2.º do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, circunstância que veda, implicitamente, em qualquer outra hipótese a acumulação de sanções administrativas. Logo, não poderia a administração pública aplicar a pena de advertência cumulativamente com a suspensão temporária ("A pena de multa pode ser aplicada juntamente com qualquer uma das outras (art. 87, § 2.º), ficando vedada, implicitamente, em qualquer outra hipótese, a acumulação de sanções administrativas." Maria Sylvia Z. Di Pietro. **Direito Administrativo**. 26.ª ed., p. 282).

Assim, o candidato deve concluir no sentido da legitimidade da rescisão contratual, bem como da garantia retida pela administração pública, porém deve reconhecer não ser viável a aplicação cumulativa da sanção de advertência e suspensão, embora fosse possível acumular a pena de multa com a de suspensão temporária.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 5: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: JUDICIÁRIA

Prova Escrita – Questão 2

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Deverá o candidato abordar, em sua resposta, os seguintes pontos.

***** Não há ilegalidade no ato do juiz, porque o **indulto presidencial não equivale à reabilitação para se afastar a inelegibilidade decorrente da condenação criminal, pois atinge apenas os efeitos primários da condenação, a pena, sendo mantidos os efeitos secundários** (TSE – ARESPE 23963/SP – Rel. Min. Gilmar Mendes).

* A suspensão dos direitos políticos prevista no art. 15, III, CF/88, não se confunde com as causas de inelegibilidade, inscrita especialmente no caso apontado, na alínea "e" do inciso I do art. 1.º da LC 64/1990, porque a suspensão dos direitos políticos do cidadão implica impedimento temporário de sua cidadania tanto ativa (direito ao voto) quanto passiva (aptidão para receber votos), constituindo as inelegibilidades restrição menos ampla, que abarca apenas o direito de ser votado, não impedindo o regular exercício do sufrágio por aquele que esteja inelegível.

* **Nos termos da Res. TSE 21.538/2003 (art. 51), havendo condenação criminal hábil, em tese, a atrair a inelegibilidade da alínea "e" do inciso I do art. 1.º da LC 64/1990, não há ilegalidade no lançamento da informação nos assentamentos eleitorais do cidadão**.

* De acordo com a jurisprudência do TSE, a extinção da punibilidade, pelo cumprimento das condições do indulto, equivale, para fins de incidência da causa de inelegibilidade prevista no art. 1.º, I, "e", da LC 64/1990, ao cumprimento da pena. Entretanto, nos termos do mesmo dispositivo da LC 64/1990, a inelegibilidade incide desde a condenação, estendendo seus efeitos até o transcurso de oito anos após o cumprimento da pena.

Assim, a partir da concessão do indulto, que equivale ao cumprimento da pena, inicia-se a contagem do prazo de oito anos de inelegibilidade previsto na LC 64/1990, não havendo ilegalidade no ato do juiz, que apenas cumpriu disposição do art. 51 da Res. TSE 21.538/2003, a qual dispõe sobre o alistamento e os serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e manutenção do cadastro eleitoral, entre outros. Estabelece essa resolução que "tomando conhecimento de fato ensejador de inelegibilidade ou de suspensão de inscrição por motivo de suspensão de direitos políticos ou de impedimento ao exercício do voto, a autoridade judiciária determinará a inclusão dos dados no sistema mediante comando de FASE".

* **Nos termos da jurisprudência do TSE, as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade são aferíveis no momento do registro da candidatura, sendo inoportuno antecipar juízo de valor sobre a matéria fora daquela sede**. Dessa forma, a determinação do juiz eleitoral de que se fizesse a anotação nos assentos eleitorais do cidadão da condenação criminal não significa que o impetrante esteja efetivamente inelegível, fato que somente deverá ser examinado na hipótese de eventual requerimento de registro de candidatura.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 6: TÉCNICO JUDICIÁRIO
ÁREA: ADMINISTRATIVA
Prova Escrita – Discursiva

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que, em relação ao primeiro tópico proposto (lixo eletrônico: a outra face do desenvolvimento), o candidato identifique nesses resíduos eletrônicos a outra e danosa face do desenvolvimento trazido pelo processo de transformação do sistema produtivo conhecido como Revolução Industrial. O certo é que, em muitos países, ainda não há legislação plenamente ativa para controlar o descarte de eletrônicos. No Brasil, verifica-se reiterada tentativa de burlar a legislação a respeito. Esse descarte, feito de modo inadequado, agride violentamente o meio ambiente.

Quanto ao segundo aspecto (a globalização da rota do tráfico de resíduos eletrônicos), espera-se que o candidato aponte a relação existente entre a globalização da economia e a do tráfico desses resíduos. Em geral, como indicado no texto motivador, esse descarte criminoso é feito pelas economias mais desenvolvidas na direção de países periféricos e mais pobres.

Relativamente ao terceiro ponto (os lucros gerados pelos resíduos e a ação do crime organizado), espera-se que o candidato lembre que, devido à falta de monitoramento e à fragilidade da fiscalização, essa atividade ilegal torna-se por demais atraente em termos financeiros, sem maiores riscos para quem dela se ocupa. É onde entra o crime organizado global, que tem se diversificado e investido em resíduos.

O próprio texto motivador deixa transparecer que o descarte do lixo eletrônico, tal como visto nos exemplos citados, acaba sendo mais um ramo do crime organizado global, integrando a extensa teia que envolve lavagem de dinheiro, comércio de armas, tráfico humano, fraudes na área esportiva, avanço ilegal sobre a biodiversidade, entre tantos outros.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 7: TÉCNICO JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES

Prova Escrita – Questão 1

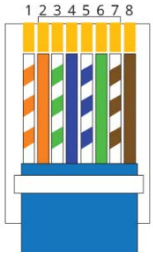
Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

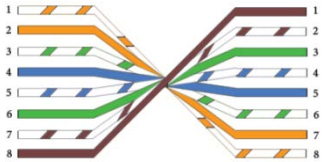
Os casos apresentados na hipótese são comuns de acontecer nas infraestruturas de cabeamento.
Os padrões T568A e T568B são definidos conforme a cor de cada fio nos pinos do RJ45.
O padrão T568A é definido pela seguinte configuração: pino 1 = branco e verde; pino 2 = verde; pino 3 = branco e laranja; pino 4 = azul; pino 5 = branco e azul; pino 6 = laranja; pino 7 = branco e marrom; pino 8 = marrom.
O padrão T568B é definido pela seguinte configuração: pino 1 = branco e laranja; pino 2 = laranja; pino 3 = branco e verde; pino 4 = azul; pino 5 = branco e azul; pino 6 = verde; pino 7 = branco e marrom; pino 8 = marrom.



T 568A



T 568B



ROLLED 568B

No primeiro caso, a solução é utilizar um cabo *crossover* empregando-se o padrão T568A em uma extremidade e o T568B na outra extremidade. A pinagem em uma das extremidades desses cabos é: (T568B) – pino 1 = branco e laranja; pino 2 = laranja; pino 3 = branco e verde; pino 4 = azul; pino 5 = branco e azul; pino 6 = verde; pino 7 = branco e marrom; pino 8 = marrom. Na outra extremidade: (T568A) – pino 1 = branco e verde; pino 2 = verde; pino 3 = branco e laranja; pino 4 = azul; pino 5 = branco e azul; pino 6 = laranja; pino 7 = branco e marrom; pino 8 = marrom.

No caso dois, a solução é utilizar o cabo direto. A "pinagem" nas duas extremidades desse cabos é a mesma, podendo ser a T568A ou T568B, o ideal é utilizar a T568B. Assim pode-se ter: pino 1 = branco e laranja; pino 2 = laranja; pino 3 = branco e verde; pino 4 = branco e azul; pino 5 = azul; pino 6 = verde; pino 7 = branco e marrom; pino 8 = marrom. Ou pino 1 = branco e verde; pino 2 = verde; pino 3 = branco e laranja; pino 4 = azul; pino 5 = branco e azul; pino 6 = laranja; pino 7 = branco e marrom; pino 8 = marrom.

O terceiro caso exige uma solução diferenciada em uma das extremidades, na qual tem-se o padrão T568B e, na outra, há uma inversão total das extremidades. Esse cabo é conhecido como cabo *rolled* ou *Yost*. Em uma extremidade, a pinagem é padrão T568B pino 1 = branco e laranja; pino 2 = laranja; pino 3 = branco e verde; pino 4 = azul; pino 5 = branco e azul; pino 6 = verde; pino 7 = branco e marrom; pino 8 = marrom. Na outra extremidade, a pinagem é toda invertida: pino 1 = marrom; pino 2 = branco e marrom; pino 3 = verde; pino 4 = branco e azul; pino 5 = azul; pino 6 = branco e verde; pino 7 = laranja; pino 8 = branco e laranja.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 7: TÉCNICO JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: OPERAÇÃO DE COMPUTADORES

Prova Escrita – Questão 2

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

O candidato, ao discorrer sobre a implementação do AD, deverá apresentar a definição de unidade organizacional e os objetivos listados a seguir.

Unidade organizacional (UO), Domínio Raiz e Floresta

UO: é um tipo de objeto de diretório particularmente útil em domínios. Essas unidades são contêineres do Active Directory nos quais é possível colocar usuários, grupos, computadores e outras unidades organizacionais.

Domínio Raiz: o primeiro domínio em uma floresta é denominado domínio raiz da floresta.

Floresta: um ou mais domínios que compartilham um esquema comum e um catálogo global são considerados uma floresta.

AD DS (Serviços de Domínio do Active Directory)

O AD DS permite criar uma infraestrutura escalável, segura e gerenciável para gerenciamento de usuário e recursos e pode **fornecer suporte para aplicativos habilitados por diretóri**o.

AD LDS (Active Directory Lightweight Directory Services)

O AD LDS é um **serviço de diretório** do protocolo LDAP (Lightweight Directory Access Protocol), que fornece um suporte flexível para aplicativos habilitados para diretório, **sem as dependências a restrições relacionadas a domínio** dos AD DS.

AD RMS (Active Directory Rights Management Services)

AD RMS é a função de servidor que oferece as **ferramentas de gerenciamento e desenvolvimento** que funcionam com as tecnologias de **segurança do setor (incluindo criptografia, certificados e autenticação)** para ajudar as organizações a criarem soluções confiáveis para a proteção de informações.

AD CS (Serviços de Certificados do Active Directory)

O AD CS é a **função de servidor que permite construir uma infraestrutura de chave pública (PKI)** e **fornecer recursos** de **criptografia de chave pública, certificados digitais e assinaturas digitais** para a organização.

cespe

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 8: TÉCNICO JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS

Prova Escrita – Questão 1

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

Papel do ScrumMaster

O ScrumMaster é responsável por garantir que o Scrum seja entendido e aplicado, de forma a garantir que o time Scrum adira a teoria, práticas e regras do Scrum.

Por ser um servo-líder para o time Scrum, o ScrumMaster tem a função de ajudar aqueles que estão fora do time Scrum a entender quais das suas interações com o time Scrum são úteis e quais não são; ele ajuda todos a mudar essas interações para maximizar o valor criado pelo time Scrum.

Finalizando, o ScrumMaster tem a função de atuar apoiando o Product Owner, o time Scrum e a organização.

Papel do Product Owner

O Product Owner, conhecido como o dono do produto, tem a reponsabilidade de maximizar o valor do produto e do trabalho do Time de Desenvolvimento, sendo variável a forma como isso é feito em cada organização, times Scrum e pessoas.

O Product Owner é a única pessoa responsável por gerenciar o *backlog* do produto, o qual contempla:

- descrever de forma objetiva os itens do *backlog* do produto;
- ordenar os itens do *backlog* do produto;
- garantir o valor do trabalho realizado pela equipe;
- garantir que o *backlog* do produto seja claro para todos.

O Product Owner pode fazer todo trabalho descrito ou pode delegar para um time, mas continua sendo o responsável pelos trabalhos. O Product Owner é uma pessoa e não um comitê; embora ele possa representar o desejo de um comitê no *backlog* do produto, aqueles que quiserem uma alteração nas prioridades dos itens de *backlog* deverão convencê-lo.

Papel do time Scrum

O time Scrum é composto pelo Product Owner, o time de desenvolvimento e o ScrumMaster.

Os times Scrum são auto-organizáveis e multifuncionais. Times auto-organizáveis escolhem qual a melhor forma para completarem seu trabalho, em vez de serem dirigidos por outros de fora do time. Times multifuncionais possuem todas as competências necessárias para completar o trabalho sem depender de outros que não fazem parte da equipe.

O modelo de time no Scrum é projetado para aperfeiçoar a flexibilidade, a criatividade e a produtividade. Times Scrum entregam produtos de forma interativa e incremental, maximizando as oportunidades de realimentação. Entregas incrementais de produto "Pronto" garantem que uma versão potencialmente funcional do produto do trabalho esteja sempre disponível.

Papel do time de desenvolvimento

O time de desenvolvimento consiste de profissionais que realizam o trabalho de entregar uma versão usável que potencialmente incrementa o produto "pronto" ao final de cada *Sprint*. Somente integrantes do time de desenvolvimento criam incrementos.

Os times de desenvolvimento são estruturados e autorizados pela organização para organizar e gerenciar seu próprio trabalho. A sinergia resultante aperfeiçoa a eficiência e a eficácia do time de desenvolvimento como um todo.

Exemplo de *Sprint*

O coração do Scrum é o *Sprint*, que ocorre normalmente em um mês ou menos, que apresenta um produto entregável — versão incremental potencialmente utilizável do produto.

Sprints tem durações coerentes em todo o esforço de desenvolvimento. Um novo *Sprint* inicia imediatamente após a conclusão do *Sprint* anterior.

Os *Sprints* são compostos por uma reunião de planejamento da *Sprint*, reuniões diárias, o trabalho de desenvolvimento, uma revisão do *Sprint* e a retrospectiva do *Sprint*.

Finalidade do Burndown Chart

O artefato Burndown Chart funciona como um complementador do *backlog* e tem a função de melhorar continuamente o projeto, atuando como elemento de realimentação e controle da qualidade do projeto. Além disso, ele ajuda a melhorar as estimativas do projeto.

CONCURSO PÚBLICO – TRE/RS

CARGO 8: TÉCNICO JUDICIÁRIO
ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS

Prova Escrita – Questão 2

Aplicação: 20/12/2015

PADRÃO DE RESPOSTA

2.1 Funcionalidades da plataforma Angular compatíveis com a utilização em larga escala de recursos de gestos na arquitetura móvel e de desktops

O Angular, plataforma de desenvolvimento para a criação de aplicativos móveis e de *desktop* a partir de padrões modernos da Web, inclui uma riqueza de recursos essenciais, tais como gestos móveis, animações, filtragem, roteamento de dados obrigatório, segurança, internacionalização e belas componentes de interface do usuário.

2.2 Conceito de Modelo no âmbito da plataforma Angular e sua relação com HTML

Um Modelo é um pedaço de HTML que o Angular utiliza para renderizar uma visão com o apoio e a orientação contínuos de uma diretiva Angular, mais notavelmente um componente.

2.3 Inter-relação entre o navegador DOM e elementos HTML na plataforma Angular

A Diretiva, característica mais fundamental do Angular, é uma classe do Angular responsável por criar, redefinir e interagir com elementos HTML no navegador DOM.

2.4 Tratamento dos blocos de construção e a maneira pela qual comumente são representados na plataforma Angular

Um tipo de diretiva, os componentes combinam a lógica do aplicativo com um modelo HTML para renderizar a aplicação [visualizações] e são geralmente representados como elementos HTML. Eles são os blocos de construção de uma aplicação.

2.5 Forma de encapsular atividades assíncronas na linguagem JavaScript e de transformar uma forma de JavaScript em outra forma de JavaScript

As zonas são um mecanismo para encapsular e interceptar atividade assíncrona de um aplicativo JavaScript. Já o Transpile é o processo de transformar o código escrito em uma forma de JavaScript em outra forma de JavaScript (por exemplo, ES5).

2.6 Relação entre Active Record e a arquitetura MVC

O M em MVC — o modelo — é a camada do sistema responsável por representar dados de negócios e lógica. O Active Record facilita a criação e a utilização de objetos de negócios cujos dados requerem o armazenamento persistente com um banco de dados.